



## FATOS DE ÚLTIMA HORA

O primeiro ato do episódio que entrou para a História como Caso *Última Hora* teve início em 27 de julho de 1951. No artigo “Golpe contra a imprensa independente”, publicado na *Tribuna da Imprensa*, Carlos Lacerda criticou o empastelamento de dois periódicos e a prisão de jornalistas, a mando do governo argentino. A suspeita de Lacerda era de que a violência fazia parte de um plano articulado pelo presidente da Argentina, Juan Domingo Perón<sup>4</sup>, para acabar com a liberdade de imprensa naquele país. No texto, o jornalista criticou autoridades brasileiras que também pareciam interessadas em dificultar a atuação dos jornais.

*Não admira [...] que o mesmo aconteça no Brasil, onde dois jornais tomam posição contra a imprensa independente. Um deles é do senador Velasco<sup>5</sup>, demagogo disponível, à espera de um bonde no qual possa embarcar para o poder. [...] O outro é o aventureiro Wainer, que se dedica a achacar os membros do próprio governo, ameaçando-os com as intrigas palacianas que envolvem desde o Sr.*

---

<sup>4</sup> Militar e político. Governou a Argentina pela primeira vez entre 1946 e 1955. Retornou à Presidência em 1973.

<sup>5</sup> Referência ao senador goiano Domingos Neto de Velasco, que, em 1951, juntamente com o jurista Francisco Mangabeira, fundou o jornal *O popular*.

*Lourival Fontes até o Sr. Gregório, expondo publicamente como péssimos auxiliares do Sr. Vargas todos aqueles que não deem dinheiro a Wainer e sua malta.*<sup>6</sup>

No mesmo texto, Carlos Lacerda teceu críticas a Samuel Wainer e levantou dúvidas sobre a origem dos recursos utilizados para fundar o jornal *Última Hora*.

*Trata-se de um panfletário a favor. Um herói da adulação. Um cavaleiro andante da infâmia. É um veterano da traição, desde os tempos em que o seu mensário Diretrizes recebia dinheiro da embaixada alemã em plena guerra [...]. Tendo por trás o dinheiro do Banco do Brasil, o jornal feito para a massa [...] dos tubarões, não precisa se arrear de medidas financeiras contra a imprensa. Ao contrário. A existência de jornais independentes lhe é muito incômoda. O Sr. Wainer não fez um jornal. Montou um alcouce. Quanto mais difícil for a vida dos jornais que podem dizer de onde proveem os seus recursos, [...] mais prosperará o seu balcão, onde o Sr. Wainer proporciona encontros do Sr. Jafet com o povo.*<sup>7</sup>

Durante a VII Conferência da Associação Interamericana de Imprensa, realizada em outubro de 1951, Carlos Lacerda criticou o governo brasileiro por ter colaborado com a criação da *Última Hora*. Alegando temer a concorrência desleal, Lacerda fez um apelo para a adoção de mecanismos que impusessem um severo controle sobre os subsídios governamentais disponibilizados a órgãos de imprensa. Sem conseguir atrair os holofotes para as suas denúncias, o jornalista passou a se dedicar a outros temas da política nacional. Mas a paz de Samuel Wainer não duraria para sempre.

<sup>6</sup> MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de presidentes*. São Paulo: Códex, 2002, p. 128.

<sup>7</sup> MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de presidentes*. São Paulo: Códex, 2002, p. 129.

Em 20 de maio de 1953, a *Tribuna da Imprensa* chegou às bancas estampando na capa a manchete “Esbanjavam o dinheiro do Banco do Brasil”. O destaque da reportagem era a entrevista com Herófilo Azambuja, interventor do Banco do Brasil na Editora de Revistas e Publicações S. A. (Erica), que imprimia o jornal *Última Hora* e a revista *Flan*.

O papel de Azambuja era fiscalizar a aplicação do dinheiro emprestado pela instituição financeira às publicações criadas por Samuel Wainer. A intervenção do banco oficial, segundo a reportagem, era necessária porque, “examinando-se mais detidamente as contas do referido vespertino (*Última Hora*), que, como todos sabem, recebe subvenção do Banco, foi constatado um ‘déficit’ de muitos milhões, e sempre com tendência a aumentar”. Segundo declaração de Azambuja, “a intervenção no vespertino dirigido pelo Sr. Samuel Wainer era coisa que já estava prevista há muito tempo pelo Banco do Brasil”<sup>8</sup>.

No dia seguinte, a intervenção na Erica manteve-se como o principal assunto da *Tribuna da Imprensa*. Em entrevista ao periódico de Carlos Lacerda, o diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, Loureiro da Silva, explicou que havia nomeado Herófilo Azambuja fiscal do instituto de crédito nas empresas de Samuel Wainer. A designação, segundo Loureiro, seria medida rotineira neste tipo de transação. A função de Azambuja era acompanhar “a aplicação do dinheiro proveniente das hipotecas dos bens da empresa (de Samuel Wainer) ao Banco do Brasil”<sup>9</sup>.

No artigo “Como obtive as declarações do interventor”, o repórter da *Tribuna da Imprensa*, Natalício Norberto, relembra

---

<sup>8</sup> *Tribuna da Imprensa*, 20 de maio de 1953.

<sup>9</sup> *Tribuna da Imprensa*, 21 de maio de 1953.

como agiu para obter algumas declarações de Herófilo Azambuja. Conforme o jornalista, “ele (Herófilo) me confundiu com um amigo particular seu, e fez, em tom familiar, o relato ontem publicado na *Tribuna da Imprensa*”<sup>10</sup>.

Na matéria “O que é a Erica”, também publicada na capa da *Tribuna da Imprensa* de 21 de maio de 1953, era denunciado o favorecimento do Banco do Brasil na concessão de empréstimos a pessoas próximas ao governo.

*A Erica, empresa que edita a Última Hora e Flan, é [...] presidida pelo ex-embaixador nos Estados Unidos, Carlos Martins Pereira de Souza, parente do Sr. Getúlio Vargas. Seus sócios são os srs. Luís Fernando (Baby) Bocaiúva Cunha, genro do ministro da Educação; Dinarte Dorneles, parente do Sr. Getúlio Dorneles Vargas; Adolfo Alencastro Guimarães; Raul Amaral Peixoto, irmão do governador Amaral Peixoto; Carlos de Souza Gomes – conforme figura no Diário Oficial de 15 de junho de 1951, página 9130. A Erica edita Última Hora, cujos sócios são Samuel Wainer e os acima citados conforme Diário Oficial de 19 de junho de 1951, página 9300. Assim, o Banco do Brasil emprestou a pessoas ligadas por parentesco ao presidente da República 64 milhões de cruzeiros sobre uma propriedade. Além dessa hipoteca, há letras e títulos vencidos, que perfazem um total de cerca de 150 milhões de cruzeiros.*<sup>11</sup>

No artigo “Estourou a filipeta da imprensa”, Carlos Lacerda afirmou que os empréstimos obtidos por Samuel Wainer criaram um quadro de desequilíbrio no mercado jornalístico carioca.

*O processo adotado foi o dumping da imprensa. Wainer, com financiamentos ilimitados do Banco do Brasil, e financiamento também do Sr. Matarazzo, mais de 10 milhões (de cruzeiros), a*

<sup>10</sup> *Tribuna da Imprensa*, 21 de maio de 1953.

<sup>11</sup> *Tribuna da Imprensa*, 21 de maio de 1953.

*pedido do Sr. Lutero Vargas, em nome do presidente da República, edita jornais que custam 3 e os vende por menos de 1. A diferença o Banco do Brasil paga. O Banco também arca com a importação de grandes quantidades de papel a preço mais alto que o concorrente para a Última Hora. Também na publicidade o dumping funcionou. Nesses dois anos, Wainer e o genro do ministro da Educação, “Baby” Bocaiúva, intimidaram anunciantes, falaram em nome do Catete, usaram o nome da Sra. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, do Sr. Lourival Fontes, do Sr. João Goulart e, principalmente, do Sr. Getúlio Vargas para que gemessem os dinheirudos.*

Carlos Lacerda também criticou a falta de ação do presidente Getúlio Vargas.

*Há dois anos vimos denunciando essa empreitada de desagregação do Brasil, de desmoralização da autoridade do presidente da República, apresentado ao comércio e à indústria como protetor de achacadores, e de esbanjamento de dinheiros públicos em tais empreitadas. O poderio de sua alegada intimidade com o presidente e com a sra. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, e mais do que isso a alegada tiragem do jornal no Rio e em S. Paulo, acovardaram os políticos, em sua maioria. Raros os que tiveram a coragem necessária para submeter-se às injúrias e perfídias do bando de Wainer, tomando contas no governo pelo financiamento que fazia com dinheiros públicos e pelo tráfico de influência que o grupo, abertamente, exercia no país.<sup>12</sup>*

A resposta da *Última Hora* foi rápida. Também na edição da tarde de 21 de maio de 1953, o jornal de Samuel Wainer deu grande destaque para a manifestação do presidente do Banco do Brasil, general Anápio Gomes, que declarou não ter nenhum interesse em realizar uma intervenção na Erica. Em declaração ao

<sup>12</sup> *Tribuna da Imprensa*, 21 de maio de 1953.

repórter do vespertino, Gomes procurou deixar clara a posição dele e do órgão oficial.

*A notícia divulgada pela Tribuna da Imprensa não tem o menor fundamento. Nem a diretoria, nem a Presidência do Banco do Brasil, jamais cogitaram tal medida. A intervenção anunciada não é cabível nem regulamentar, e muito menos o seria em face das atuais relações da Erica S.A. com o Banco do Brasil. Esta empresa tem o seu empréstimo legalmente consolidado na Carteira Agrícola e Industrial e devidamente aprovado por toda a diretoria que então compunha a suprema direção do Banco do Brasil. Pode, pois, desmentir categoricamente a intervenção ou a nomeação de quem quer que seja para interventor na Erica.*<sup>13</sup>

O jornal também publicou um telegrama enviado por Herófilo Azambuja. No comunicado, o fiscal da Carteira Industrial e Agrícola do Banco do Brasil afirmava não ter concedido nenhuma entrevista a qualquer repórter da *Tribuna da Imprensa*. Azambuja informou ainda que estava em Porto Alegre tratando de um irmão doente. No artigo “A mais vergonhosa falsificação na história da imprensa”, Samuel Wainer refutou as críticas apresentadas na *Tribuna da Imprensa*.

*O categórico desmentido da alta direção do Banco do Brasil desmascara a ridícula burla por um competidor, derrotado e impotente... Desde o aparecimento de Última Hora, o grupo que lidera, com insensata sofreguidão, esse tipo de jornalismo, repete monotona-mente, como um realejo, calúnias e mentiras, que nascem mortas, pela sua própria origem. É uma obsessão que dura dois anos.*<sup>14</sup>

As críticas mais ácidas Samuel Wainer reservou para Carlos Lacerda.

---

<sup>13</sup> *Última Hora*, 21 de maio de 1953.

<sup>14</sup> *Última Hora*, 21 de maio de 1953.

*Tudo nele é falso, aliás, desde o seu cristianismo ao seu anticomunismo, do seu oposicionismo à sua ética profissional. A opinião pública ainda é o melhor juiz. Já julgou Última Hora, dando-lhe uma situação privilegiada na imprensa brasileira. Quanto ao nosso agressor, o tempo vai se encarregar de levá-lo aonde deveria estar há muito: um hospital de psicopatas. Não é mais um caso de frustração jornalística, e sim um caso de Medicina.*<sup>15</sup>

Versões conflitantes marcaram os primeiros dias da guerra travada entre as duas publicações. Na edição de 22 de maio de 1953, a reportagem de capa da *Tribuna da Imprensa* informava que o presidente do Banco do Brasil, general Anápio Gomes, iria requisitar da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial os detalhes do empréstimo concedido à Erica S.A.

O dirigente também informava que iria pedir esclarecimentos sobre a atuação de Herófilo Azambuja. Segundo Anápio Gomes, “a presença de um fiscal do banco nas empresas mutuárias é um ato de rotina, que se justifica, nas praxes bancárias, não pelo vulto do empréstimo, mas por sua categoria, isto é, em todos os contratos de hipoteca ou de penhor”<sup>16</sup>.

No artigo “No pinhal de Azambuja (Os dois fiscais de *Última Hora*)”, Carlos Lacerda iniciou o texto lamentando as críticas recebidas nos últimos dias.

*Abriram-se sobre nós as cataratas do ódio. Há 48 horas as Últimas, o Rádio Clube e, de quebra, a Continental, nos insultam. A mentira milionária, gritada em coro, tenta desmoralizar a verdade solitária e pobre, mas irreduzível. Este jornal disse que a direção do Banco do Brasil designou pessoa de sua confiança para intervir na orgia financeira da Última Hora, feita com dinheiro da Nação, sob*

<sup>15</sup> *Última Hora*, 21 de maio de 1953.

<sup>16</sup> *Tribuna da Imprensa*, 22 de maio de 1953.

*a forma de empréstimos e títulos que montam a cerca de Cr\$ 200 milhões – afora o dinheiro tomado a particulares com abuso do nome do Sr. Getúlio Vargas.*

Em seguida, Lacerda ironizou o fato do jornal de Samuel Wainer contar com um interventor em suas dependências.

*Há um fiscal do Banco (do Brasil) no jornal de Wainer, fato único na história da imprensa brasileira: um órgão de opinião, pertencente a particulares, sob intervenção do banco oficial. O Sr. Loureiro da Silva diz que a medida é de rotina. Em jornal? Qual o jornal que está sob fiscalização do Banco do Brasil, além da Última Hora? A cadeia dos Diários Associados, segundo inquérito do Banco do Brasil, deve ao Banco. Não tem fiscal. Vários outros jornais, entre os quais a Tribuna da Imprensa (Cr\$ 2 milhões), devem ao Banco, em operações bancárias normais. Onde estão os seus fiscais?<sup>17</sup>*

Na edição do mesmo dia (22 de maio de 1953), a *Última Hora* procurou revidar os ataques. No artigo “Tem a palavra a Justiça”, a direção do periódico comandado por Samuel Wainer criticou a campanha movida por Carlos Lacerda.

*Diante das provas irrefutáveis de que fomos vítimas de uma grosseira mistificação, não pensávamos em voltar a ocupar a atenção dos leitores de Última Hora sobre a torpe campanha movida pela Tribuna da Imprensa. Apanhados em flagrante delito de mentira, longe de silenciar, os nossos agressores redobram a insolência de seus ataques, desprezando a verdade, com o compromisso deliberado de provocar escândalo, atentar contra o patrimônio da Erica S.A. e ferir a reputação da Última Hora S.A.*

Na sequência, era informado o processo que seria movido contra Carlos Lacerda.

---

<sup>17</sup> Tribuna da Imprensa, 22 de maio de 1953.



*Pelos métodos utilizados, os nossos agressores deixaram de ser jornalistas para se transformarem em vulgares transgressores dos códigos e das leis. Assim devem ser tratados. Não vamos recorrer à Lei de Imprensa, embora tenhamos elementos de sobra para isso. Preferimos o processo civil, uma vez que os caluniadores não se enquadram no nível de alta dignidade que exige o exercício da nossa profissão.*

*Na base dos 10% do falso passivo que nos é atribuído, poderemos calcular o montante dos prejuízos, advindos pela infame repetição de mentiras e calúnias a nosso respeito. Será, portanto, de 20 milhões de cruzeiros a indenização, que pleitearemos judicialmente, importância essa que desde já declaramos ser nossa intenção destinar à construção de um hospital para os trabalhadores em jornal: redatores, repórteres, fotógrafos, revisores, gráficos e jornaleiros.*

No final do artigo, as críticas de Carlos Lacerda eram classificadas como ação de um homem frustrado.

*Sabemos que os furibundos ataques dirigidos a Última Hora têm como principal motivo desespero daqueles que temem a nossa concorrência, exibindo a própria frustração profissional, num permanente atestado de incompetência, incapazes que são de fazer um tipo de jornal moderno como o que introduzimos vitoriosamente na imprensa brasileira.<sup>18</sup>*

Em 22 de maio de 1953, mais um personagem entrou na história. O deputado federal Armando Falcão (PSD-CE) foi à tribuna da Câmara se manifestar contra a recente polêmica envolvendo o jornal *Última Hora*. Na primeira parte do discurso, o parlamentar cearense relembrou as críticas feitas pela *Tribuna da Imprensa*. Abriu a segunda parte do pronunciamento com duas indagações.

---

<sup>18</sup> *Última Hora*, 22 de maio de 1953.

*Com que finalidade foi investido tanto dinheiro oficial num jornal de particulares? Não era uma empresa antiga, não era empresa sólida, não era nada. Quais os objetivos deste financiamento a jato contínuo, que durante tão pouco tempo despejou tanto dinheiro na mão de tão poucos?*

Em outro trecho do pronunciamento, Armando Falcão pedia uma investigação sobre os empréstimos feitos pelo Banco do Brasil às empresas de Samuel Wainer.

*Li, há tempos, que a Última Hora oferecia os seus livros ao exame dos interessados. Não me incluo entre esses. O meu interesse estaria em ver um levantamento dos seus débitos nos livros do Banco do Brasil, que são os que interessam à Nação – pois é dinheiro dela, esse quem assim se atira à aventura de empreitadas, para o dizer menos, duvidosas.<sup>19</sup>*

O conflito entre Carlos Lacerda e Samuel Wainer havia chegado ao Congresso. Na edição de final de semana da *Tribuna da Imprensa*, Carlos Lacerda, no artigo “Felipetto II quer mais 20 milhões”, ironizou a ação movida por Samuel Wainer contra o seu jornal.

*Os acionistas da Erica e da Última Hora foram ontem convocados por Samuel Wainer para deliberarem sobre uma ação de perdas e danos, no valor de Cr\$ 20 milhões contra a Tribuna da Imprensa. Wainer tem tanta certeza de que não ganha a ação que destinou os Cr\$ 20 milhões [...] a um hospital para jornalistas.*

No mesmo artigo, Lacerda voltou a criticar os empréstimos do Banco do Brasil para *Última Hora*.

*Wainer procura desculpar-se perante a opinião pública com uma típica manobra diversionista, que consiste em tomar a ofensiva*

---

<sup>19</sup> O pronunciamento de Armando Falcão foi publicado na edição conjunta da *Tribuna da Imprensa* de 23 e 24 de maio 1953.

*para ver se o povo esquece que o jornal das massas, financiado com cerca de 200 milhões de cruzeiros pelo Banco do Brasil, está com um fiscal do credor lá dentro [...] Vai ser muito divertida e muito instrutiva a ação de perdas e danos contra a Tribuna da Imprensa. O Banco do Brasil que se prepare. Feche os guichês a Wainer – e abra os livros para nós.*<sup>20</sup>



Um episódio digno de romance deu novo rumo ao conflito. O repórter Natalício Norberto, em aparente crise de consciência, foi à redação da *Última Hora* revelar ter sido pressionado por Carlos Lacerda a forjar a entrevista com Herófilo Azambuja. As declarações do jornalista arrependido foram reveladas ao público na capa da edição de 23 de maio de 1953. Quem comprou o jornal leu a sensacional manchete: “Desmascarada pelo seu próprio repórter a *Tribuna da Imprensa*”.

O jovem jornalista contou que em 20 de maio de 1953, passando-se por um funcionário do Banco do Brasil, ligou para a casa de Herófilo Azambuja. Um homem atendeu. Sem ter certeza sobre a identidade do interlocutor, Norberto fez algumas perguntas sobre a intervenção no jornal *Última Hora*. Laconicamente, a voz do outro lado da linha balbuciou algumas respostas.

Ao chegar à redação da *Tribuna da Imprensa*, Natalício Norberto entregou a entrevista a Carlos Castelo Branco, secretário de Redação do periódico. Frisou que não tinha certeza se o homem que falou com ele era mesmo Herófilo Azambuja.

---

<sup>20</sup> *Tribuna da Imprensa*, 23 e 24 de maio de 1953.

Segundo Natalício Norberto, apesar da ressalva, Carlos Lacerda, após alterar o título e mexer no texto, mandou publicar o material. Após a direção da *Última Hora* contestar a veracidade da denúncia, o repórter foi chamado por Castelo Branco para confirmar se havia, de fato, entrevistado Azambuja. Sentindo-se vítima de uma armadilha, Natalício Norberto resolveu pedir o apoio da *Última Hora* para revelar a versão dele sobre os acontecimentos.

*Confesso que só então fui assaltado por uma crise de consciência. Sim, realmente, cometi um erro. Mas foi pela ânsia de informar, de dar uma grande notícia, de progredir no meu jornal. Que recebia eu, porém, em troca? A mais completa falta de solidariedade e o peso de uma culpa que era muito menos minha do que dos que usaram minhas informações, sabendo de sua fragilidade e nada sabendo para confirmá-las.*<sup>21</sup>

As revelações de Natalício Norberto eram uma sensacional (e inesperada) resposta da *Última Hora* às acusações de Carlos Lacerda.



Conforme John Dulles, biógrafo de Lacerda, “Carlos, cuja reação a um contratempo era partir para a ofensiva, reuniu-se com os repórteres da *Tribuna*. Recrutou o apoio desses para uma campanha a todo vapor contra a *Última Hora* [...]”<sup>22</sup>. O objetivo inicial era estancar o sangramento das feridas abertas pelas declarações do jornalista Natalício Norberto.

---

<sup>21</sup> *Última Hora*, 23 de maio de 1953.

<sup>22</sup> DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador (volume 1: 1914-1960)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 155.

A nova fase da investida de Carlos Lacerda contra Samuel Wainer já foi vista na edição de segunda-feira, 25 de maio de 1953. A *Tribuna da Imprensa* chegou às bancas com a “barulhenta” manchete “*Última Hora* degrada um jovem repórter e o expõe à execração pública”. Na reportagem, era criticada a recente denúncia feita pelo jornal de Samuel Wainer.

*Por um processo digno de Perón e Stalin, os quinta-colunistas de Última Hora degradaram ao mais baixo um jovem jornalista, expondo-o à execração pública, inutilizando-o para o exercício de uma profissão decente. Natalício Norberto é a mais recente vítima da quinta-coluna<sup>23</sup> comunista no Brasil.<sup>24</sup>*

No texto intitulado “A última hora do repórter Norberto”, o secretário de redação da *Tribuna da Imprensa*, Carlos Castello Branco, dava uma versão curiosa para a surpreendente visita de Natalício Norberto à redação do periódico de Samuel Wainer.

*Cerca das 22 horas de sexta-feira, dia 21, o jornalista Raimundo de Souza Dantas, que me pedira emprego para Natalício Norberto, por cuja qualidade moral e profissional se responsabilizou, telefonou-me dizendo-se apreensivo com relação ao seu recomendado. Conversara com Norberto, disse, e este lhe revelara que fora procurado pelo repórter Requião, de Última Hora, que em nome do diretor deste jornal o convidara a comparecer lá para uma conversa, acrescentando que não temesse nada, pois teria na Última Hora emprego garantido para ganhar quanto quisesse.<sup>25</sup>*

---

<sup>23</sup> Quinta-coluna é um termo usado para se referir a grupos clandestinos que trabalham dentro de um país ou região, ajudando a invasão armada promovida por um outro país em caso de guerra internacional, ou facção rival no caso de uma guerra civil. O termo ganhou força durante a II Guerra Mundial, denominando aqueles que, de dentro dos países que combatiam o Eixo, apoiavam a política de guerra nazista e de seus aliados. A ação de uma quinta-coluna não se dá no plano puramente militar. Os elementos quinta-colunistas podem agir por meio da sabotagem e da difusão de boatos.

<sup>24</sup> *Tribuna da Imprensa*, 25 de maio de 1953.

<sup>25</sup> *Tribuna da Imprensa*, 25 de maio de 1953.

No artigo “Três fatos e uma confissão”, Carlos Lacerda voltou a afirmar que a Erica e a *Última Hora* estavam sob intervenção do Banco do Brasil.

*O Banco do Brasil designou interventor para a Última Hora, formalmente para a Erica, editora desse jornal. Chamam ao interventor fiscal. Wainer, que a dirige, chama o fiscal advogado do Banco. O fiscal Azambuja nega ser advogado e se diz delegado do Banco.*

*Fiscal, delegado, advogado ou que outro título lhe queiram dar. Seus poderes são de interventor, pelo contrato de hipoteca com o qual Wainer levantou no ano passado, em dois meses, mais de Cr\$ 62 milhões.*

*Isto é um fato. Wainer, afinal, confessou que tem dentro de casa um fiscal do seu principal credor, que é o Banco oficial [...] Certo, porém, é que a Última Hora é até hoje o único jornal que tem dentro um fiscal do Banco do Brasil.*<sup>26</sup>

Após receber um pedido de Carlos Lacerda, o deputado federal Armando Falcão, classificado como “insignificante profissional da oposição” em uma edição da *Última Hora*<sup>27</sup>, passou a defender a investigação sobre a relação entre as empresas de Samuel Wainer e o banco estatal.

*O Congresso Nacional ficou sensibilizado com a reação iniciada pela imprensa tradicional. Eu acompanhava atentamente a campanha contra os suspeitos privilégios concedidos abusivamente ao Grupo Samuel Wainer, para fins políticos nebulosos. Consegui, em sistemático trabalho de cabala individual, o apoio de mais de cem deputados federais e juntos formulamos um pedido de instituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito [...].*<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> *Tribuna da Imprensa*, 25 de maio de 1953.

<sup>27</sup> *Última Hora*, 23 de maio de 1953.

<sup>28</sup> FALCÃO, Armando. *Tudo a declarar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 60.

A proposta de criação de uma CPI foi formalmente apresentada em 27 de maio de 1953. Neste mesmo dia, no artigo “O inquérito é no Banco, não nos jornais”, Carlos Lacerda defendeu o trabalho de investigação.

*O que está em foco, o que constitui escândalo, o que despertou a atenção da Câmara, é a intervenção do poder econômico do Estado na imprensa e no rádio, rompendo o equilíbrio da concorrência legítima, favorecendo, discriminatoriamente, muito além de toda a expectativa, a determinado jornal – e acuando, economicamente, os demais.*

No mesmo artigo, Carlos Lacerda concentrou-se em mostrar como Samuel Wainer, sem nenhuma garantia, conseguia empréstimos vultosos do banco oficial.

*Samuel Wainer jamais entrou com um vintém para, em 8 meses, elevar de Cr\$ 12 milhões fictícios para Cr\$ 30 milhões fantásticos, o capital da Ed. Última Hora S.A., comprar por 500 contos a dívida de Hugo Borghi no Banco do Brasil, superior a Cr\$ 35 milhões, e assim controlar a Rádio Clube, fundar empresas em S. Paulo, um semanário, a Flan, no Rio, e tornar-se, em suma, sem desembolsar um vintém, proprietário de mais de Cr\$ 40 milhões em ações das diversas empresas que constituiu, sempre com a mesma quadrilha, com acionistas que também só entraram com dinheiro do Banco do Brasil e sempre tendo à ilharga o fiscal do Partido Comunista, Otávio Malta, cérbero, que o impede de cometer a única traição que lhe está faltando: a traição à quinta-coluna<sup>29</sup>.*



Em 28 de maio, Carlos Lacerda afirmou, no artigo “A Câmara e a liberdade”, que os subsídios governamentais ao jornal

---

<sup>29</sup> *Tribuna da Imprensa*, 27 de maio de 1953.

de Samuel Wainer comprometiam a liberdade de imprensa no Brasil. *Mas, através deste escândalo sem precedentes, a matéria que se vai tocar é realmente a da liberdade de imprensa. Tem sido frequente, na história da imprensa, o caso de jornais subsidiados ou favorecidos, uns em relação aos outros, pelas preferências governamentais. A imprensa áulica é um mal que dificilmente se extirpa dos hábitos de nações ainda não emancipadas do paternalismo. Por outro lado, sem perder este hábito primitivo, já atingiu a imprensa brasileira o outro extremo do mal, o de domínio de grupos econômicos nesta ou naquela folha, que não exprime uma opinião sua e sim dos grupos que representa.*

*Estes dois aspectos, no entanto, no caso atual, somam-se. E não apenas somam-se, como se multiplicam um pelo outro. O objetivo do abuso de poder econômico do Estado, concretizado na Última Hora, nessa deliquesciente e imoralíssima Flan, na ignóbil Rádio Clube, não é apenas fazer propaganda do Governo, decantar as proezas do Sr. Getúlio Vargas e os talentos dos seus íntimos.*

*É principalmente servir de porta-voz a um grupo dentro do Governo. Intimidar a maioria do Governo com ameaças da minoria. Não é esse um jornal. É uma conspirata. E como se isto não bastasse, é também uma conspiração. Pois o aventureiro que em má hora o Sr. Getúlio Vargas, desprevenido, recebeu em sua casa em Itu, é um velho instrumento e constante serviçal do Partido Comunista. Através de todas as suas venalidades, há uma constante em Samuel Wainer que o torna quase respeitável: é o seu compromisso de servir o comunismo.*

Lacerda aproveitou também para reiterar o empenho da *Tribuna da Imprensa* no caso.

*Decidimos romper o cerco e arriscar a própria sobrevivência neste serviço ao país que nos permitimos considerar o maior de quanto*



*podéssemos prestar-lhe. O fato de que a complexidade da questão não permite a todos percebê-la não nos serve de pretexto para nos acomodarmos. Rompemos o cerco e denunciemos o processo pelo qual se destrói a imprensa com a imprensa, o rádio com o rádio, a opinião livre com a opinião rica, podre de rica com dinheiro público.*<sup>30</sup>

No editorial intitulado “Última Hora não teme Devassas ou Inquéritos”, publicado na quinta-feira, 28 de maio de 1953, a direção do vespertino de Samuel Wainer procurava deixar claro que não temia a instauração de uma CPI.

*Somos uma empresa particular, de capital estritamente privado, vivendo das fontes normais e legais que um jornal deve e pode contar. Não tememos inquéritos nem devassas. E por isso mesmo repetimos mais uma vez: desejamos ser o primeiro jornal a ser convocado para a Comissão.*<sup>31</sup>

Indo de encontro à criação da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigaria os negócios de Samuel Wainer, o ministro da Educação Simões Filho, sogro de “Baby” Bocaiúva Cunha, convenceu o deputado baiano Oliveira Brito a colher assinaturas numa petição para que uma CPI investigasse o financiamento do Banco do Brasil a todos os veículos de comunicação do país. A proposta teve a adesão de 122 deputados.

O sucesso do requerimento apresentado por Oliveira Brito foi tema da edição da *Última Hora* de sexta-feira, 29 de maio de 1953. A manchete já era uma celebração: “Comissão Parlamentar de Inquérito para todas Empresas Jornalísticas”. A matéria saudava a postura dos parlamentares que concordaram em criar uma CPI para investigar a relação, nos últimos 10 anos, dos mais diversos veículos de imprensa com o Banco do Brasil.

---

<sup>30</sup> *Tribuna da Imprensa*, 28 de maio de 1953.

<sup>31</sup> *Última Hora*, 28 de maio de 1953.

*A Câmara dos Deputados deu magnífica demonstração do seu espírito democrático. Com a assinatura de cento e vinte dois representantes, foi automaticamente aprovado o requerimento Oliveira Brito, que institui uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as transações do Banco do Brasil com todas as empresas jornalísticas e radiofônicas. Recusou-se a Câmara, desta maneira, a servir como instrumento de ódio de certo grupo.*<sup>32</sup>

*Tribuna da Imprensa*, em sua edição de 29 de maio de 53, apresentava mais uma suposta irregularidade na relação entre as empresas de Samuel Wainer e o banco oficial. “Funcionário do Banco do Brasil um diretor da *Última Hora*” era a manchete da matéria que complicava mais a situação do vespertino criado por Wainer: “Entre os técnicos da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, a CEXIM, figura um de nome Luís Fernando Bocaiúva Cunha. Trata-se de Baby Bocaiúva, genro do ministro da Educação e diretor da *Última Hora*”.

O texto seguia com as denúncias: *Baby é emitente e avalista de somas vultosas no Banco do Brasil. É tomador de vários dos duplos empréstimos e financiamentos feitos pelo Banco do Brasil à Erica S.A., à Última Hora e ao Rádio Clube do Brasil... Além disso, ao levantar dinheiro no Banco do Brasil para si e para as empresas de que é diretor e acionista, Luís Fernando Bocaiúva Cunha violou, com autoridades do Banco, o artigo 8 dos Estatutos de 1942, modificados a 24 de junho de 1952.*<sup>33</sup> Conforme o artigo 8, era vedado ao Banco do Brasil conceder empréstimos aos seus diretores, fiscais e funcionários.

No artigo “O suspiro do Sr. Brito”, Carlos Lacerda criticou o pedido de criação de uma CPI por um aliado de Samuel Wainer.

---

<sup>32</sup> *Última Hora*, 29 de maio de 1953.

<sup>33</sup> *Tribuna da Imprensa*, 29 de maio de 1953.

*Cansado de perseguir criminosos, o ex-chefe de polícia da Bahia, Sr. Oliveira Brito, deu agora para protegê-los. Instado pelo sogro de “Baby” Bocaiúva, o ministro da Educação, o ex-chefe de polícia do governo Mangabeira apresentou o requerimento para que se constitua uma segunda comissão parlamentar a fim de investigar a vida de todos os jornais no Banco do Brasil [...] nos últimos 10 anos.*

*A manobra é grosseira. Evidente a sua inconstitucionalidade. A Constituição exige que o inquérito seja feito sobre fato determinado. O Sr. Oliveira Brito, com seu requerimento diversionista, genérico e vago, que não parte de um fato concreto, pretende que a Câmara se pronuncie sobre toda a imprensa para ver se dilui a irrefutável massa de provas contra a Última Hora.<sup>34</sup>*

O fundador da *Tribuna da Imprensa* criticou a falta de evidências sobre irregularidades cometidas pelos outros jornais ao solicitar empréstimos nos bancos federais.

*Quem acusou os outros jornais de terem levantado, ilegítimamente, fundos no Banco do Brasil? Onde as provas? Onde as acusações? Onde, sequer, as suspeitas fundadas? O Sr. Oliveira Brito é incapaz de produzi-las. Nem estudou, nem sequer percebeu a questão. Pediu-lhe o ministro da Educação que tentasse salvar o genro, funcionário do Banco do Brasil operando contra o Banco, emitindo e avalizando promissórias, hipotecando bens ao Banco. O Sr. Oliveira Brito, com desprezo pela lógica e pelos direitos da inteligência, totalmente se deixa envolver – e apresenta o seu requerimento diversionista.<sup>35</sup>*

“Ferro em brasa sobre a negociata: chega até os pés do presidente da República a onda desse mar de lama.” Este era o título esparramado na capa da edição conjunta da *Tribuna da Imprensa*

<sup>34</sup> *Tribuna da Imprensa*, 29 de maio de 1953.

<sup>35</sup> *Tribuna da Imprensa*, 29 de maio de 1953.

de 30 e 31 de maio de 1953. No subtítulo, ainda era possível ler “O Banco do Brasil entregou 200 milhões a Samuel Wainer, negociante malgrado, quase falido, de péssimos precedentes”. O jornal reproduziu o discurso proferido pelo deputado federal Aliomar Baleeiro (UDN-BA) no dia anterior.

*Entrando no lado jurídico, esse negócio não podia ser feito e a sua realização mostra a participação direta, a conivência do Governo num plano tremendo não só contra o Tesouro, contra a Fazenda Pública, contra o patrimônio nacional, senão também contra as instituições. Esse negócio não podia ser feito...*

Em seguida, Aliomar Baleeiro especulava o valor total que Samuel Wainer levantou em empréstimos no Banco do Brasil.

*Se eu fosse de desfolhar, uma por uma, as pétalas dessa grande flor da imoralidade, inúmeras sessões da Câmara não seriam suficiente. Resumindo: os créditos obtidos por esse consórcio de empresas, ou seja, por Wainer, seus sócios e cúmplices, tudo isso importa em cerca de 200 milhões de cruzeiros...*

*Baleeiro, após apresentar algumas evidências de ilicitude nos negócios de Samuel Wainer com o Banco do Brasil, concluiu que o presidente da República é o responsável principal de toda a história<sup>36</sup>.*

---

<sup>36</sup> *Tribuna da Imprensa*, 30 e 31 de maio de 1953.